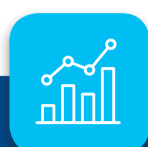


*CITI. No Brasil,
no mundo e
no amanhã.*

Atuamos há 103 anos no país, conectando o Brasil com o resto do mundo, por meio de uma plataforma de negócios presente em 98 países, sendo 23 deles na América Latina.



Corporate and Investment Banking

Responsável pela cobertura especializada de grandes clientes corporativos, em escalas local e global.



Commercial Bank

Oferece a médias e grandes empresas soluções personalizadas e serviços diferenciados de um Banco Global.

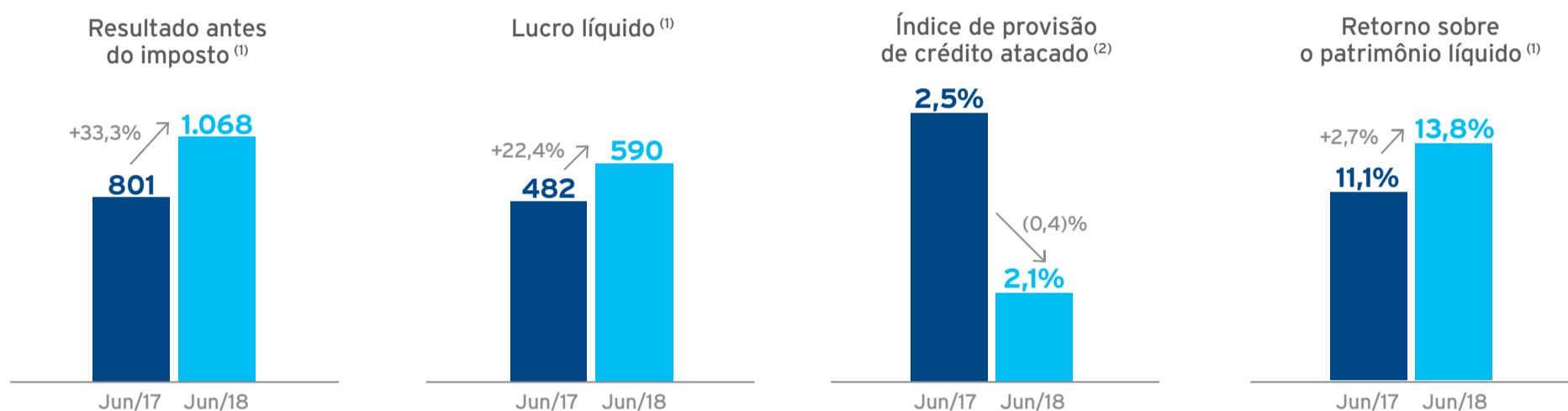


Private Bank

Dedicado à gestão patrimonial, atende clientes globais de altíssima renda, customizando soluções de investimento e crédito.

Nossos Resultados

BR GAAP (em milhões de reais)



(1) Em junho de 2017, as informações contemplam o negócio de Banco de Varejo que foi vendido ao Itaú em Outubro de 2017.

(2) Índice de Provisão de Crédito Atacado (Provisão para créditos de liquidação duvidosa)/(Total da Carteira de Crédito). Este índice não considera a carteira de varejo em 2017. Atacado: contempla os segmentos Corporate and Investment Banking, Commercial Bank e Private Bank.



Dia Global na Comunidade

O Citi promove anualmente o Dia Global na Comunidade. São ações de apoio às comunidades, em 90 países, que vão desde a distribuição de alimentos até a revitalização de escolas e espaços públicos.

No Brasil, a ação ocorreu no Playground Central do Parque Ibirapuera em São Paulo, com a reforma e pintura de brinquedos e bancos, além da recolocação de gramado, abrangendo uma área de 33 mil metros quadrados.

Citi Foundation



Investimento Social

Impacto positivo para população de baixa renda, apoiando projetos de parceiros com profundo conhecimento local.



Projeto que apoia o empreendedorismo, a inclusão financeira e a criação de empregos no Brasil. Para se qualificar, as empresas devem empregar pelo menos **80%** de seus trabalhadores de comunidades vulneráveis.



Desenvolve **carreiras em Segurança Digital**

por meio do treinamento de jovens de 17 a 25 anos.



7.200 pedestres e **16.000** passageiros de ônibus por hora beneficiados por melhorias no design urbano no centro de São Miguel Paulista, que tornaram a região mais segura, saudável e sustentável.

R\$ 5MM em Investimento Social - 2017
Finanças Inclusivas
Oportunidades Econômicas para Jovens
Cidades Sustentáveis



Projeto desenvolvido em parceria com a FGV, onde **600** pequenos produtores de frutas e hortaliças do entorno de São Paulo estão adotando práticas sustentáveis e expandindo seus negócios para novos nichos na cadeia de abastecimento alimentar local.



+800 escolas estaduais do Rio de Janeiro e **17.900** alunos beneficiados pela Solução Educacional para o Ensino Médio do Instituto Ayrton Senna, proposta mais adequada às demandas educacionais do século 21.

Associação CitiEsperança

A Associação CitiEsperança é uma entidade independente, administrada por seus associados (funcionários e ex-funcionários do banco), que continua a contar com o engajamento do Citi e a participação de voluntários para desenvolver suas ações. A cada real doado por um funcionário, o Citi doa mais um.

Projeto Sorriso

Com o apoio de parceiros, já foram realizadas mais de 6 mil cirurgias em crianças que tinham fissura labiopalatina. Elas voltaram a sorrir e a se relacionar socialmente.

Instituto Strabos

Projeto focado em mutirão de cirurgias para correção de distúrbios visuais em população de baixa renda, em especial crianças. Cada mutirão atende de 15 a 20 pacientes.

Cidadão Pró Mundo

Em 2018, além da compra do material didático de 1900 alunos, foi feita a pintura e conservação do centro de cultura CENLEP, que fica na Zona Leste de São Paulo, onde funcionários voluntários do Citi promovem aulas de inglês.

Relatório da Administração

Apresentação: A Diretoria do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresenta aos acionistas as Demonstrações Financeiras relativas aos semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017, bem como o Relatório do Comitê de Auditoria e o Relatório dos Auditores Independentes.

Desempenho: O Conglomerado Financeiro Citibank Brasil apresentou um lucro líquido de R\$ 590.026 (2017 - R\$ 481.601), o que representa uma rentabilidade anualizada sobre o Patrimônio Líquido de 13,85% (2017 - 11,09%). Em 30 de junho de 2018, o índice de Basileia do Conglomerado Prudencial era de 14,60% (2017 - 16,46%).

Dividendos: Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado nos termos da legislação societária, sujeito à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas. No semestre

de 2018 o Conglomerado distribuiu e pagou dividendos no montante de R\$ 210.105 (2017 - R\$ 250.000) e pagou o montante de R\$ 76.065 no primeiro semestre de 2018, destacados em 2017.

Comitê de Auditoria: O Comitê de Auditoria é formado por até cinco representantes da diretoria e tem como principais atribuições as seguintes atividades: (i) avaliação e adequação das Demonstrações Financeiras, das empresas integrantes do Conglomerado Prudencial Citibank no Brasil, incluindo notas explicativas e relatório da auditoria externa; (ii) avaliação da efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e externa e o acompanhamento das recomendações de melhorias nos controles internos efetuadas pelas mesmas; e (iii) avaliação da efetividade dos controles internos, recomendando, sempre que julgado necessário, correções e aprimoramentos de políticas e práticas internas identificadas no âmbito de suas atribuições. O resumo do relatório que contempla as atividades exercidas pelo comitê acompanha as demonstrações contábeis do semestre findo em 30 de junho de

2018, as quais foram aprovadas por esse comitê em reunião realizada em 22 de agosto de 2018. Em 08 de outubro de 2016, o Banco Citibank S.A. (Banco), empresa líder do Conglomerado Financeiro Citibank, e o grupo Itaú Unibanco celebraram contrato de compra e venda das operações de *Consumer Bank* no Brasil, onde o grupo Itaú Unibanco se tornou o sucessor dos negócios de varejo do Banco no Brasil, incluindo empréstimos, depósitos, cartões de crédito, 71 agências, gestão de recursos e corretagem de seguros, assim como as participações societárias detidas na TECBAN - Tecnologia Bancária S.A. (4,03%) e na CIBRASEC - Companhia Brasileira de Securitização (3,60%). A transação foi aprovada pelo CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica em agosto de 2017 e pelo Banco Central do Brasil em outubro de 2017. A operação de venda do *Consumer Bank* foi concluída no segundo semestre de 2017.

São Paulo, 22 de agosto de 2018. **A Diretoria.**

Balanços Patrimoniais

Em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)		Nota	2018	2017
ATIVO				
Circulante			58.038.095	63.858.540
Disponibilidades	4		932.783	781.214
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5		18.665.764	15.338.622
Aplicações em operações compromissadas			17.231.909	14.671.960
Aplicações em depósitos interfinanceiros			1.433.855	653.097
Aplicações em moedas estrangeiras			-	13.565
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	6 e 7		13.150.841	13.620.578
Carteira própria			8.329.497	8.925.405
Vinculados a operações compromissadas			877.734	107.626
Instrumentos financeiros derivativos			2.665.074	2.064.598
Vinculados à prestação de garantias			1.278.536	5.522.949
Relações interfinanceiras			2.972.473	5.961.949
Pagamentos e recebimentos a liquidar			210.124	194.807
Créditos vinculados:				
Depósitos no banco central			2.761.909	5.767.041
Correspondentes no país			440	101
Relações interdependências			-	108
Transferências internas de recursos			-	-
Operações de crédito	8		4.887.338	8.203.999
Operações de crédito - setor privado			4.974.421	8.471.051
Operações de crédito vinculadas a cessão (Provisão para créditos de liquidação duvidosa)	8.f	(86.583)	(267.499)	-
Operações de arrendamento mercantil	8		45.289	39.695
Operações de arrendamento a receber - setor privado (Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)	8.f	(499)	(1.702)	-
Outros créditos	9		17.373.252	19.892.987
Carteira de câmbio			13.545.416	13.078.740
Rendas a receber			401.909	197.607
Negociação e intermediação de valores			497.684	344.459
Créditos tributários			355.061	1.187.801
Diversos			2.675.285	5.188.318
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)	8.f	(102.103)	(103.938)	-
Outros valores e bens			9.855	19.388
Outros valores e bens			-	1.559
Despesas antecipadas			9.855	17.829
Não circulante			15.847.795	15.689.387
Realizável a longo prazo			15.546.709	15.212.741
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5		53.092	150.108
Aplicações em depósitos interfinanceiros			53.092	150.108
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	6 e 7		11.186.149	9.094.221
Carteira própria			2.601.020	346.390
Vinculados a operações compromissadas			798.882	545.276
Instrumentos financeiros derivativos			1.629.077	1.498.536
Vinculados à prestação de garantias			6.157.170	6.704.019
Operações de crédito	8		1.836.421	3.982.437
Operações de crédito - setor privado			1.872.791	4.698.770
Operações de crédito vinculadas a cessão (Provisão para créditos de liquidação duvidosa)	8.f	(36.370)	(719.810)	-
Operações de arrendamento mercantil	8		2.087	18.201
Operações de arrendamento a receber - setor privado (Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)	8.f	-	-	(928)
Outros créditos			2.468.960	1.967.774
Créditos por avais e fianças honradas			14.830	124.268
Carteira de câmbio			267.464	172.819
Rendas a receber			987	2.434
Créditos tributários			717.182	452.742
Diversos			1.468.951	1.343.845
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)	8.f	(454)	(128.334)	-
Permanente			301.086	476.646
Investimentos	14		3.335	14.173
Participações em coligadas e controladas			9.315	7.695
Outros investimentos			(5.980)	(12.458)
(Provisão para perdas)			-	(6.980)
Imobilizado de uso	15		128.500	210.093
Imóveis de uso			66.197	66.196
Imobilizações em curso			1.538	14.592
Sistemas de processamento de dados			145.027	168.724
Outras imobilizações de uso			310.384	575.320
(Depreciações acumuladas)			(394.646)	(614.739)
Intangível	16		169.251	252.380
Ativos intangíveis			294.226	477.364
(Amortizações acumuladas)			(124.975)	(224.984)
Total do ativo			73.885.890	79.547.927

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Para os semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017

	Nota	Capital social		Reservas de lucros			Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
		Capital realizado	Aumento de capital	Reserva legal	Reserva estatutária	Reservas especiais de lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2016		4.106.550	-	528.683	3.763.561	23.490	(11.026)	-	8.411.258
Aumento de capital		-	27.000	-	(27.000)	-	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial, líquido de impostos		-	-	-	-	-	42.741	-	42.741
Ajustes de avaliação patrimonial-benefícios a empregados		-	-	-	-	-	(58)	-	(58)
Lucro líquido		-	-	-	-	-	481.601	-	481.601
Destinações:									
Reservas	25.b e c	-	-	24.080	-	-	-	(24.080)	-
Juros sobre capital próprio	25.d	-	-	-	(226.510)	(23.490)	-	-	(250.000)
Saldos em 30 de junho de 2017		4.106.550	27.000	552.763	3.510.051	182.488	31.657	457.521	8.685.542
Saldos em 31 de dezembro de 2017		4.133.276	-	568.268	3.289.608	182.488	44.048	457.521	8.217.688
Ajustes de avaliação patrimonial, líquido de impostos		-	-	-	-	-	(76.262)	-	(76.262)
Ajustes de avaliação patrimonial-benefícios a empregados		-	-	-	-	-	258	-	258
Lucro líquido		-	-	-	-	-	590.026	-	590.026
Destinações:									
Reservas	25.b	-	-	29.501	-	-	-	(29.501)	-
Dividendos	25.c e d	-	-	-	(27.614)	(182.488)	-	-	(210.102)
Saldos em 30 de junho de 2018		4.133.276	-	597.769	3.261.994	182.488	(31.956)	560.525	8.521.608

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

1 | Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras combinadas do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil ("Conglomerado"), que são de responsabilidade da Administração das empresas integrantes do Conglomerado, estão sendo apresentadas exclusivamente com o objetivo de fornecer, por meio de uma única demonstração financeira, informações relativas à totalidade das atividades financeiras das empresas do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil, independente da disposição de sua estrutura societária e dos requisitos de apresentação de demonstrações financeiras determinados pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações financeiras individuais das empresas constantes nesse Conglomerado estão sendo publicadas separadamente.

Em 08 de outubro de 2016, o Banco Citibank S.A. (Banco), empresa líder do Conglomerado Financeiro Citibank, e o grupo Itaú Unibanco celebraram contrato de compra e venda das operações de *Consumer Bank* no Brasil, onde o grupo Itaú Unibanco se tornou o sucessor dos negócios de varejo do Banco no Brasil, incluindo empréstimos, depósitos, cartões de crédito, 71 agências, gestão de recursos e corretagem de seguros, assim como as participações societárias detidas na TECBAN - Tecnologia Bancária S.A. (4,03%) e na CIBRASEC - Companhia Brasileira de Securitização (3,60%).

A operação de compra e venda envolveu uma base de 315 mil clientes correntistas, R\$ 35 bilhões entre depósitos e ativos sob gestão, R\$ 1,1 milhão de cartões de crédito e R\$ 6 bilhões de carteira de crédito, tendo como referência a data base de 31 de dezembro de 2015.

A operação envolveu a reestruturação societária de algumas empresas do Conglomerado Financeiro Citibank, de modo que o negócio do varejo foi cindido e absorvido pelo grupo Itaú Unibanco.

A transação foi aprovada pelo CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica em agosto de 2017 e pelo Banco Central do Brasil em outubro de 2017. A operação de venda do *Consumer Bank* foi concluída no segundo semestre de 2017.

Apresentamos os valores cindidos no segundo semestre de 2017:

	2º Semestre de 2017	
Ativo		8.521.509
Circulante e realizável a longo prazo		250.279
Disponibilidades		250.279
Aplicações interfinanceiras de liquidez		2.097.743
Relações interfinanceiras		2.824
Operações de crédito		2.969.143
Outros créditos		3.196.902
Outros valores e bens		4.618
Permanente		129.662
Total do ativo		8.651.171
Passivo		8.650.589
Circulante e exigível a longo prazo		4.955.113
Depósitos		4.955.113
Recursos de aceites e emissão de títulos		850.723
Relações interdependências		14.862
Outras obrigações		2.829.891
Patrimônio líquido		582
Total do passivo		8.651.171

Os ativos e passivos do *Consumer* foram objeto de laudo contábil, auditado para as datas-base de 31 de julho e 30 de setembro de 2017.

A autorização para publicação das demonstrações financeiras foi dada pela Administração do Banco em 22 de agosto de 2018.

2 | Descrição das principais práticas de consolidação

Na preparação das demonstrações financeiras combinadas, foram adotados, quando aplicável, os critérios para consolidação em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, instituído pela Circular nº 1.273 de 29 de dezembro de 1987, do Banco Central do Brasil:

- Foram eliminadas as participações societárias entre as empresas consolidadas;
- Foram eliminadas as despesas e as receitas decorrentes de negócios entre as empresas combinadas;
- Foram eliminados os direitos e as obrigações assumidos entre as empresas combinadas; e
- As operações de arrendamento mercantil estão sendo demonstradas pelo seu valor presente, calculado com base na taxa interna de retorno de cada contrato. Desta forma, o valor residual, assim como as demais contas que compõem o cálculo do valor presente das operações de arrendamento mercantil foram reclassificados para o grupo "Operações de arrendamento mercantil".

Destacamos as principais sociedades incluídas nas demonstrações financeiras, as quais também fazem parte do Conglomerado Financeiro em 30 de junho:

Instituições Consolidadas	Atividade	2018	2017
Banco Citibank S.A. (Banco)	Bancária	100%	100%
Citibank Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil (Leasing) (1)	Arrendamento	-	99,99%
Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Distribuidora)	Distribuidora	100%	100%
Patrimônio líquido			
Citibank Corretora de Seguros Ltda.(Seguros)	Corretora	-	100%
Instituições Combinadas			
Banco Citibank S.A. (Banco)	Bancária	100%	100%
Citibank, N.A. - Filial Brasileira (Entidade)	Bancária	100%	100%
Citigroup Global Markets Brasil CCTVM S.A. (Corretora)	Corretora	100%	100%

(1) Em maio de 2018 ocorreu a incorporação da Leasing no Banco com versão total do patrimônio líquido sem aumento de capital.

P A S S I V O		Nota	2018	2017
Circulante			57.170.253	60.582.216
Depósitos	17		11.951.023	15.027.013
Depósitos à vista			4.744.768	4.033.796
Depósitos de poupança			8.891	864.858
Depósitos interfinanceiros			7.197.364	10.128.359
Depósitos a prazo			8.991	-
Captações no mercado aberto	18		6.589.199	7.271.091
Carteira própria			1.644.866	119.184
Carteira de terceiros			1.847.148	3.869.079
Carteira livre movimentação			3.097.185	3.282.828
Recursos de aceites e emissão de títulos			374.505	2.950.261
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares			92.278	2.672.010
Certificados de operações estruturadas			282.227	278.251
Relações interfinanceiras			186.600	218.545
Recebimentos e pagamentos a liquidar			186.600	218.545
Relações interdependências			890.217	1.213.296
Recursos em trânsito de terceiros			890.217	1.213.296
Obrigações por empréstimos	19.a		9.093.625	6.990.634
Empréstimos no exterior			9.093.625	6.990.634
Obrigações por repasses do país	19.b		88.434	227.391
Instituições oficiais			-	-
BNDES			55.289	208.318
FINAME			1.486	1.054
Outras instituições			31.559	18,919
Obrigações por repasses do exterior	19.b		3.520.785	3.092.007
Repasses do exterior			3.520.785	3.092.007
Instrumentos financeiros derivativos	7 </			

...Continuação

Os outros investimentos são compostos, basicamente, por:

- Ações de empresa de liquidação e custódia vinculadas à B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, mantidas a custo original; e
- Outros investimentos, avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perda, quando aplicável.

ii. Imobilizado de uso e imobilizado de arrendamento

Até dezembro de 2016, foi imobilizado e registrado pelo custo de aquisição ou formação e depreciado pelo método linear, utilizando as taxas anuais de 10% para móveis, utensílios, instalações e sistemas de segurança, 20% para sistema de processamento de dados e veículos e 4% para edificações. A partir de janeiro de 2017, atendendo à Resolução nº 4.535 do Conselho Monetário Nacional - CMN, de 24 de novembro de 2016, os novos imobilizados serão reconhecidos pelo valor de custo, que compreende, o preço de aquisição ou construção à vista, acrescido de eventuais impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, demais custos diretamente atribuíveis necessários para colocar o ativo no local e condição para o seu funcionamento, e estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do ativo e de restauração do local em que está localizado. Adicionalmente, a depreciação corresponderá ao valor depreciável dividido pela vida útil do ativo, calculada de forma linear, a partir do momento em que o bem estiver disponível para uso, e reconhecida mensalmente em contrapartida à conta específica de despesa operacional. Considera-se vida útil, o período de tempo durante o qual o Conglomerado espera utilizar o ativo. Conforme descrito na nota 2, o imobilizado de arrendamento foi reclassificado para a rubrica de "Operações de arrendamento mercantil". O imobilizado das operações regidas pela Portaria nº 140/1984, do Ministério da Fazenda, está reduzido pelo valor da depreciação calculada às taxas previstas pela legislação fiscal, aceleradas em 30%, quando aplicável. Adicionalmente, o imobilizado de arrendamento inclui o ajuste referente à superveniência ou insuficiência de depreciação descrita na nota 31.

iii. Intangível

O ativo intangível é composto por:

- Aquisição e desenvolvimento de *software* registrados pelo custo de aquisição ou formação, amortizados pelo método linear utilizando-se a taxa anual de 20%, contabilizados a partir de 1º de outubro de 2008; e
- Aquisição do direito de exploração de folha de pagamento, amortizados pelo prazo contratual.

A partir de janeiro de 2017, atendendo à Resolução nº 4.534 do Conselho Monetário Nacional - CMN, de 24 de novembro de 2016, os novos ativos intangíveis serão reconhecidos pelo valor de custo, que compreende o preço de aquisição ou o custo de desenvolvimento à vista, acrescido de eventuais impostos de importação e impostos não recuperáveis, e demais custos diretamente atribuíveis, necessários para a preparação do ativo para a finalidade proposta. A amortização será reconhecida mensalmente, ao longo da vida útil estimada do ativo, em contrapartida à conta específica de despesa operacional. Considera-se vida útil, o período de tempo durante o qual o Conglomerado espera utilizar o ativo. Os ativos intangíveis caracterizados como de vida útil indefinida não são amortizáveis.

m) Redução do valor recuperável de ativos (impairment)

O Conselho Monetário Nacional - CMN, emitiu em 29 de maio de 2008 a Resolução nº 3.566, com efeito, a partir de 1º de julho de 2008, aprovando a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01, que dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos (*impairment*), estabelecendo os seguintes critérios:

- Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados anualmente para a verificação de *impairment* e/ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável, e
- Uma perda por *impairment* ocorre quando o valor líquido contábil do ativo excede seu valor recuperável, sendo reconhecida diretamente no resultado.

n) Obrigações por empréstimos e repasses

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridas.

o) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

São avaliados, reconhecidos e demonstrados de acordo com as determinações estabelecidas na Resolução nº 3.823 de 16 de dezembro de 2009, do Conselho Monetário Nacional - CMN, que aprovou a utilização do Pronunciamento Técnico CPC 25, e Carta Circular nº 3.429 de 11 de fevereiro de 2010 do BACEN.

i. Ativos e passivos contingentes

Representados por direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros.

Ativos contingentes - Não são reconhecidos, exceto quando há existência de evidências que assegurem sua realização. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas.

Passivos contingentes - Basicamente, decorrem de processos judiciais e administrativos inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros em ações civis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos. Conforme define o CPC 25, as contingências são classificadas como prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, que somente são divulgadas em notas explicativas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. A análise e classificação das provisões prováveis é realizada com base na avaliação de assessores jurídicos e da Administração.

As reservas trabalhistas são calculadas para todos os funcionários cujo contrato de trabalho foi encerrado voluntária ou involuntariamente conforme o prazo prescricional da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT (2 anos), pois a entidade espera uma possível saída de recursos. Quando o funcionário atua a justiça do trabalho, a provisão passa a seguir o critério descrito abaixo: As ações civis e trabalhistas são classificadas como massificadas ou relevantes, dependendo do valor do pedido.

As ações civis com valores inferiores a R\$ 300 e as trabalhistas com pedidos inferiores a R\$ 500 são consideradas massificadas. As ações massificadas são provisionadas mensalmente considerando a média de perda histórica calculada com base nos casos encerrados nos últimos 18 meses acrescidas dos juros desde a data de ajuntamento/citação.

Para as ações consideradas relevantes, o critério para constituição de provisão é o seguinte:

No ajuntamento da causa, os processos trabalhistas são provisionados com base em percentual do valor do pedido. O referido percentual é calculado de acordo com a média histórica de pagamentos dos processos encerrados nos últimos 18 meses considerados relevantes, tomando em consideração percentual de ganhos de causa, percentual de acordos e percentual de perdas quando da sentença em primeira instância adicionado do valor de risco existente na base ativa. A avaliação individual da probabilidade de perda é efetuada com base no julgamento dos advogados internos ou externos, sobre o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, da jurisprudence em questão, da possibilidade de recorrer a instâncias superiores e da experiência histórica da empresa. Esse é um exercício subjetivo, sujeito a incertezas de uma previsão sobre eventos futuros, sobre maneira acerca de matéria jurídica. Como tal, é entendido que as avaliações serão sujeitas à revisão frequente e a eventuais alterações.

As ações civis consideradas relevantes terão sua avaliação de risco calculada pelos advogados externos e serão provisionadas pelo valor do risco de perda quando considerada como perda provável. As ações fiscais e previdenciárias são representadas por exigíveis relativos às obrigações tributárias, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial. São constituídas pelo valor integral em discussão, independentemente da avaliação dos consultores legais e da Administração.

As ações são quantificadas quando do recebimento da notificação dos processos administrativos, com base nos valores destes, atualizados mensalmente.

As ações civis, fiscais e previdenciárias e trabalhistas estão registradas na rubrica contábil "Outras obrigações - Diversas".

p) Imposto de renda e contribuição social

As provisões para o imposto de renda e contribuição social foram constituídas sobre o lucro líquido ajustado conforme legislação fiscal, às alíquotas de 15% acrescidas do adicional de 10% para o Imposto de Renda.

Em 22 de maio de 2015, foi editada pelo Poder Executivo a MP nº 675/2015, que aumentou a alíquota da CSLL sobre o lucro de instituições financeiras, de 15% para 20%. A MP entrou em vigor a partir de 1º de setembro de 2015 e a referida MP foi convertida na Lei nº 13.169 de 6 de outubro de 2015.

Os créditos tributários são constituídos com base nas disposições constantes na Resolução nº 3.059, de 20 de dezembro de 2002, e na Resolução nº 3.355, de 31 de março de 2006, do Conselho Monetário Nacional - CMN, que determinam que o Conglomerado deve atender, cumulativamente, para registro e manutenção contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e aqueles decorrentes de diferenças temporárias, as seguintes condições:

- Apresentar histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, no mínimo, em três exercícios dos últimos cinco exercícios sociais, incluindo o exercício em referência; e
- Expectativa de geração de lucros tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em exercícios subsequentes, baseada em estudos técnicos que permitam a realização do crédito tributário em um prazo máximo de 10 anos.

q) Plano de incentivos com base em ações

O Conglomerado participa de planos de incentivos com base em ações do Citigroup, representado pelos seguintes programas:

- CAP (*Capital Accumulation Program*), que oferece ações aos funcionários, com base no Acordo de Participação de Afiliadas em Planos de Ações (*Stock Plans Affiliate Participation Agreement - SPAPA*) em que o Conglomerado efetua remessa de câmbio ao Citigroup pelo preço de mercado da ação na data da transferência dos recursos

O CAP é um programa com liquidação em instrumento financeiro, com contabilização das respectivas obrigações de efetuar pagamentos ao Citigroup Inc. É reconhecido o valor justo dos prêmios na data de concessão com uma despesa de remuneração durante o período de aquisição, com um crédito correspondente na provisão. Todos os valores pagos ao Citigroup Inc. e as respectivas obrigações segundo o SPAPA são reconhecidos no resultado ao longo do período de aquisição.

r) Benefícios pós-emprego

O Conglomerado participa de plano de benefício de aposentadoria suplementar de contribuição definida. A despesa no resultado representa as contribuições pagas em relação ao serviço prestado pelos funcionários durante o ano. O Conglomerado também participa de plano de benefício de aposentadoria e plano de assistência à saúde para aposentados de benefício definido onde não há participação do funcionário em seu custeio. Para seus planos de benefício definido, a obrigação reconhecida no balanço representa o cálculo atuarial do valor presente da obrigação relativa a benefícios definidos na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, juntamente com ajustes referentes ao custo do serviço passado.

A obrigação relativa a benefícios definidos é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas de caixa estimadas futuras, utilizando taxas de juros de títulos do governo denominados na moeda em que os benefícios serão pagos, e que tenham prazos de vencimento similares aos prazos da respectiva obrigação previdenciária. Os ganhos e as perdas atuariais são reconhecidos imediatamente em ajuste de avaliação patrimonial. Os custos do serviço corrente e passado, as despesas de juros e o retorno esperado sobre os ativos são reconhecidos na demonstração do resultado.

Será reconhecido um excedente no balanço quando houver um benefício econômico disponível ao Conglomerado como redução nas contribuições futuras ou como reembolso de verbas para a empresa (regra do teto do ativo - *asset ceiling*).

O Banco Central possui em 25 de junho de 2015 a Resolução nº 4.424 do Conselho Monetário Nacional - CMN, referendando o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

Para o plano de assistência à saúde para aposentados essa Resolução não trouxe impactos no balanço patrimonial do Conglomerado em função da adoção antecipada do CPC 33, considerando que este plano estava deficiente.

Os benefícios pós-emprego, relacionados a complemento de aposentadoria na modalidade contribuição definida e prestação de serviços assistenciais, na modalidade benefício definido, de responsabilidade do patrocinador, foram avaliados e mesmo estes, sendo superatuários, a aplicação da regra gerou um impacto na linha de outros ajustes de avaliação patrimonial, lucros acumulados e resultado decorrente da contabilização do custo do benefício definido considerando premissas atuariais. Não houve impacto em ativos e passivos, dada a observância da regra do *asset ceiling*.

i. Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo, inclusive Participação nos Lucros e Resultados, para os empregados atuais são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados.

4 | Caixa e equivalentes de caixa

	2018	2017
Disponibilidades em moeda nacional	1.629	452.814
Disponibilidades em moedas estrangeiras	916.924	308.004
Aquisições temporárias	14.160	20.396
Aplicações em operações compromissadas - posição bancada	5.378.666	4.819.169
Aplicações em moedas estrangeiras	-	13.565
Total	6.311.449	5.613.948

5 | Aplicações interfinanceiras de liquidez

	2018	2017
Aplicações em operações compromissadas	14.626.513	2.605.396
Posição bancada	9.609.165	2.605.396
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	4.450.703
Letras do Tesouro Nacional - LTN	3.370.511	591.216
Notas do Tesouro Nacional - NTN	6.238.649	2.014.180
Posição financiada	1.846.854	3.838.765
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	89.293
Letras do Tesouro Nacional - LTN	746.857	746.857
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1.099.997	1.099.997
Posição vendida	3.170.494	3.288.003
Letras do Tesouro Nacional - LFT	1.600.849	1.359.170
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1.569.645	1.928.833
Aplicações em depósitos interfinanceiros	720.056	713.799
Certificados de depósitos interfinanceiros	53.092	1.486.947
Outras aplicações	-	13.565
Aplicações em moedas estrangeiras	-	13.565
Total	15.346.569	3.319.195

6 | Títulos e valores mobiliários

a) Títulos para negociação

O custo atualizado, acrescido dos rendimentos auferidos e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação estavam assim apresentados:

	2018		2017	
	Custo	Valor de mercado	Custo	Valor de mercado
Títulos para negociação	7.977.511	7.961.387	7.828.383	8.078.950
Carteira própria	5.893.819	5.876.869	5.025.990	5.267.265
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.906.829	1.901.350	2.607.428	2.612.020
Notas do Tesouro Nacional - NTN	40.039	57.129	90.145	94.416
Ações de companhias abertas	136.798	126.012	104.722	105.149
Ações recebidas por empréstimos	26	-	-	-
Debêntures	-	-	-	-
Vinculado a compromissos de recompra	792.194	342.256	2.731	2.962
Letras do Tesouro Nacional - LTN	792.194	342.256	2.731	2.962
Vinculado à prestação de garantias	553.635	550.669	1.336.928	1.341.851
Letras do Tesouro Nacional - LTN	553.635	550.669	840.615	845.447
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	389.109	389.001
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	107.204	107.403
Total	9.323.340	8.854.312	9.168.042	9.423.763

	2018		2017				
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Títulos para negociação	183.141	1.450.842	1.742.093	3.171.609	936.472	477.230	477.230
Carteira própria	-	1.445.185	1.408.942	2.453.465	569.277	-	569.277
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	1.445.185	1.408.942	2.453.465	569.277	-	569.277
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	5.657	333.151	718.117	367.195	-	477.230
Ações de companhias abertas	57.129	-	-	-	-	-	-
Ações recebidas por empréstimos	126.012	-	-	-	-	-	-
Debêntures	-	-	-	27	-	-	-
Vinculado a compromissos de recompra	-	232.326	109.930	-	-	-	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	232.326	109.930	-	-	-	-
Vinculado à prestação de garantias	-	398.768	151.901	-	-	-	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	398.768	151.901	-	-	-	-
Total	183.141	1.450.842	2.373.187	3.433.440	936.472	477.230	477.230

b) Títulos disponíveis para venda

O custo atualizado, acrescido dos rendimentos auferidos, e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários classificados como disponíveis para venda estavam assim apresentados:

	2018		2017	
	Custo	Valor de mercado	Custo	Valor de mercado
Títulos disponíveis para venda	2.937.298	2.969.130	1.190.471	1.192.845
Carteira própria	5.690	5.689	5.299	5.295
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.104.535	1.120.276	548.615	550.694
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.743.794	1.759.886	455.327	455.626
Debêntures	83.279	83.279	181.230	181.230
Cotas de fundos de investimentos	-	-	-	-
Vinculado a compromissos de recompra	1.315.061	1.334.360	634.296	649.940
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.315.061	1.334.360	634.296	649.940
Vinculados à prestação de garantias	6.859.059	6.885.037	7.715.747	7.885.117
Letras do Tesouro Nacional - LTN	4.971.353	4.980.332	5.286.290	5.471.581
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.795.168	1.810.898	1.466.622	1.465.348
Cotas de fundos de investimento	92.538	93.807	962.835	948.193
Total	11.111.418	11.188.527	9.540.514	9.727.902

	2018		2017			
	Sem vencimento	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Títulos disponíveis para venda	83.279	284.831	1.572.124	928.221	100.675	1.000.675
Carteira própria	-	284.831	583.785	251.660	-	1.000.675
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	284.831	583.785	251.660	-	1.000.675
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	982.650	676.561	-	1.659.211
Debêntures	-	-	-	-	-	-
Cotas de fundos de investimentos	83.279	-	-	-	-	83.279
Vinculado a compromissos de recompra	-	535.478	786.169	12.713	-	1.334.360
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	535.478	786.169	12.713	-	1.334.360
Vinculados à prestação de garantias	31.269	677.055	2.795.408	1.507.869	-	5.186.542
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	19.543	31.842	1.535.923	-	1,587.308
Cotas de fundos de investimento	31.269	-	-	-	-	31,269
Total	114.548	1.516.907	5.185.543	3.984.726	386.803	10,978.527

O saldo de ajuste ao valor de mercado, no patrimônio líquido, refere-se às perdas não realizadas, deduzidos dos efeitos fiscais, no montante de R\$ 48.136 (2017 - R\$ 108.043).

Em 30 de junho de 2018 e 2017, o Banco não possuía títulos classificados na categoria "Títulos mantidos até o vencimento".

Os títulos públicos encontram-se custodiados junto ao Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, os títulos privados estão registrados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e as ações estão registradas na Câmara Brasileira de Liquidação e Custódia - CBLIC.

Nos semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017 não foram efetuadas reclassificações dos títulos e valores mobiliários entre as categorias mencionadas na nota 3.e.

7 | Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos representam contratos acordados com diversas contrapartes para administrar nossa exposição global e para auxiliar nossos clientes a administrar suas próprias exposições.

Contratos a termo e contratos futuros de taxa de juros e de moedas estrangeiras são compromissos para comprar ou vender um instrumento financeiro em uma data futura, a um preço ou rendimento contratado, e podem ser liquidados financeiramente. O valor nominal representa o valor de face do instrumento relacionado. Contratos futuros de mercadorias são compromissos para comprar ou vender mercadorias em uma data futura, por um preço contratado, que serão liquidados em dinheiro. O valor nominal representa a quantidade dessas mercadorias multiplicada pelo preço futuro na data do contrato. Para esses instrumentos são efetuadas liquidações diárias relacionadas às variações nos preços de mercado.



Conglomerado Financeiro Citibank Brasil

CNPJ nº 33.479.023/0001-80

www.citi.com.br

c) Composição da carteira de crédito por nível de risco

Nível de risco	Saldo da carteira				Saldo da provisão			
	Curso normal	Vencidos > 14 dias	Total da carteira	%	Nível de provisão	Curso normal	Vencidos > 14 dias	Total da provisão
AA	4.666.327	-	4.666.327	45,53	-	-	-	-
A	4.364.226	-	4.364.226	42,58	0,50%	(21.821)	-	(21.821)
B	775.194	7.527	782.721	7,64	1,00%	(7.752)	(75)	(7.827)
C	110.722	10.992	121.714	1,19	3,00%	(3.322)	(330)	(3.652)
D	79.080	116	79.196	0,77	10,00%	(7.908)	(12)	(7.920)
E	8.525	2.880	11.405	0,11	30,00%	(2.558)	(864)	(3.422)
F	96.647	185	96.832	0,94	50,00%	(48.323)	(92)	(48.415)
G	7.156	116	7.272	0,07	70,00%	(5.009)	(81)	(5.090)
H	96.571	23.725	120.296	1,17	100,00%	(96.571)	(23.725)	(120.296)
Total	10.204.448	45.541	10.249.989	100,00	-	(193.264)	(25.179)	(218.443)

Nível de risco	Saldo da carteira				Saldo da provisão			
	Curso normal	Vencidos > 14 dias	Total da carteira	%	Nível de provisão	Curso normal	Vencidos > 14 dias	Total da provisão
AA	6.002.980	-	6.002.980	30,90	-	-	-	-
A	8.558.688	-	8.558.688	44,05	0,50%	(42.793)	-	(42.793)
B	2.196.285	2.878	2.199.163	11,32	1,00%	(21.963)	(29)	(21.992)
C	265.996	4.712	270.708	1,39	3,00%	(7.980)	(141)	(8.121)
D	1.030.750	23.139	1.053.889	5,42	10,00%	(103.075)	(2.314)	(105.389)
E	155.590	56.184	211.774	1,09	30,00%	(46.677)	(16.855)	(63.532)
F	52.592	195.430	248.022	1,28	50,00%	(26.297)	(97.715)	(124.011)
G	49.538	76.731	126.269	0,65	70,00%	(34.676)	(53.712)	(88.388)
H	391.580	365.897	757.477	3,90	100,00%	(391.580)	(365.897)	(757.477)
Total	18.703.999	724.971	19.428.970	100,00	-	(675.041)	(536.663)	(1.211.703)

d) Composição da carteira de crédito por prazo de vencimento

	2018	2017
Vencidas há mais de 14 dias	45.541	724.971
A vencer até 90 dias	4.397.253	8.940.052
De 91 a 360 dias	3.915.425	5.639.050
Acima de 360 dias	1.891.770	4.124.897
Total	10.249.989	19.428.970

e) Composição da carteira de crédito por concentração

	2018	2017
10 maiores devedores	3.282.324	3.180.365
20 seguintes maiores devedores	2.159.682	2.960.489
50 seguintes maiores devedores	2.384.994	3.445.302
100 seguintes maiores devedores	1.645.994	2.272.798
Demais clientes	776.995	7.527.016
Total	10.249.989	100,00

f) Movimentações à conta de provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2018	2017
Crédito com características de concessão de crédito		
Saldo inicial	(406.467)	(1.374.089)
Constituições líquidas de reversões	(39.501)	(208.239)
Créditos baixados como prejuízo	219.959	360.117
Saldo final	(226.009)	(1.222.211)
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	1.529	126.344
Renegociação de créditos	146.047	427.645

g) Composição do resultado de operações de crédito

	2018	2017
Rendas de financiamentos à exportação	462.717	55.271
Empréstimos	126.786	689.147
Financiamentos	45.790	91.417
Rendas de financiamentos rurais	27.035	55.671
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	1.529	126.344
Rendas de financiamentos habitacionais (1)	-	55.987
Rendas de adiantamentos e depositantes (1)	2.299	4.878
Títulos descontados	57	694
Rendas de direitos por empréstimos de ações	246	461
Total	666.459	1.079.870

(1) A redução é decorrente da cisão para o Banco Itaú Unibanco S.A., conforme descrito na nota 1.

h) Operações ativas vinculadas

Apresentamos abaixo informações relativas a operações ativas vinculadas, realizadas na forma prevista na Resolução nº 2.921 de 17 de janeiro de 2002, do Conselho Monetário Nacional - CMN.

	2018	2017
Operações ativas vinculadas		
Operações de crédito	1.736.266	13.802
Obrigações por operações ativas vinculadas		
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	(1.736.266)	-
Resultado líquido das operações vinculadas	-	13.802
De 3 a 12 meses		
Acima de 1 ano		
Total		

9 | Carteira de câmbio

	2018	2017
Outros créditos		
Câmbio comprado a liquidar	8.199.117	146.418
Direitos sobre venda de câmbio	5.572.536	121.008
Adiantamentos em moeda nacional recebidos (-)	(234.058)	-
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (nota 8.a)	7.821	38
Outros	-	2
Total	13.545.416	267.464
Outras obrigações		
Câmbio vendido a liquidar	5.664.295	138.782
Obrigações por compra de câmbio	7.961.953	121.008
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (nota 8.a)	(982.178)	-
Total	12.644.070	259.790

As responsabilidades por créditos abertos para importação no valor de R\$ 16.377 (2017 - R\$ 47.977) estão registradas em conta de compensação.

10 | Negociação e intermediação de valores

	2018	2017
Ativo outros créditos		
Passivo outras obrigações		
Caixas de registros e liquidação		
Devedores/credores por conta de		
Operações com ativos financeiros e mercadorias a liquidar (posição própria)	219.561	3.099.014
Cretores por empréstimos de ações	260.793	15.550
Outros créditos/obrigações por negociação e intermediação de valores	-	609.593
Total	497.684	3.793.726

(1) O saldo do passivo refere-se, basicamente, a valores em trânsito de investidores estrangeiros, para os quais o Conglomerado presta serviço de custódia de valores.

11 | Créditos tributários

De acordo com as práticas contábeis e as regulamentações do Conselho Monetário Nacional - CMN, a Administração do Conglomerado, constituiu créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias em 30 de junho de 2018 e 2017. A referida constituição respeitou a projeção de lucratividade do Conglomerado, bem como a expectativa de realização dos citados créditos tributários e o histórico de lucros fiscais nos últimos cinco exercícios.

a) Movimentação de crédito tributário de imposto de renda

	Saldo em 31/12/2017	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2018
Provisão para bônus e gratificação periódica	97.799	51.694	(55.982)	93.511
Provisão para outros pagamentos	107.593	34.709	(12.760)	129.542
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	223.395	61.859	(74.119)	211.135
Provisão para contingências trabalhistas, fiscais e cíveis	153.146	17.699	(22.758)	148.087
Prejuízos fiscais a compensar	22.403	-	(11.236)	11.167
Ajuste a valor de mercado de títulos disponíveis para venda e instrumentos financeiros derivativos	23.286	3.195	(26.270)	211
Insuficiência de depreciação	18.641	-	(137)	18.504
Benefícios a empregados CPC 33	1.242	-	-	1.242
Total	647.505	169.156	(203.262)	613.399

	Saldo em 31/12/2016	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2017
Provisão para bônus e gratificação periódica	98.559	70.163	(91.908)	76.814
Provisão para outros pagamentos	122.022	84.132	(97.752)	108.402
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	501.020	75.543	(104.062)	472.501
Provisão para contingências trabalhistas, fiscais e cíveis	180.794	37.561	(20.585)	197.770
Prejuízos fiscais a compensar	48.972	286	(14.245)	35.013
Ajuste a valor de mercado de títulos disponíveis para venda e instrumentos financeiros derivativos	-	20.943	-	20.943
Insuficiência de depreciação	22.685	-	(2.524)	20.161
Total	974.052	288.628	(331.676)	931.604

b) Movimentação de crédito tributário de contribuição social

	Saldo em 31/12/2017	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2018
Provisão para bônus e gratificação periódica	73.495	33.931	(34.013)	73.413
Provisão para outros pagamentos	83.225	15.383	(7.296)	91.312
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	139.675	39.274	(44.520)	134.429
Provisão para contingências trabalhistas, fiscais e cíveis	102.589	13.168	(13.803)	101.954
Base negativa de contribuição social	70.487	-	(13.672)	56.815
Ajuste a valor de mercado de títulos disponíveis para venda e instrumentos financeiros derivativos	13.972	1.967	(15.763)	176
Benefícios a empregados CPC 33	745	-	-	745
Total	484.188	103.723	(129.067)	458.844

	Saldo em 31/12/2016	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2017
Provisão para bônus e gratificação periódica	87.966	42.497	(58.021)	72.442
Provisão para outros pagamentos	78.216	62.423	(58.652)	81.987
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	362.704	61.709	(63.287)	361.126
Provisão para contingências trabalhistas, fiscais e cíveis	142.027	22.836	(20.351)	144.512
Base negativa de contribuição social	54.790	-	(18.047)	36.743
Ajuste a valor de mercado de títulos disponíveis para venda e instrumentos financeiros derivativos	-	12.129	-	12.129
Total	725.703	201.594	(218.358)	708.939

c) Realização de crédito tributário de imposto de renda

	2018	2017
Provisão para bônus e gratificação periódica	40.183	36.342
Provisão para outros pagamentos	57.556	46.582
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	47.532	32.020
Provisão para contingências trabalhistas, fiscais e cíveis	52.148	34.807
Prejuízos fiscais a compensar	4.568	6.345
Ajuste a valor de mercado de títulos disponíveis para venda e instrumentos financeiros derivativos	211	-
Insuficiência de depreciação	9.765	5.001
Benefícios a empregados CPC 33	6.063	636
Total	212.557	161.733

	2017	2018
Provisão para bônus e gratificação periódica	74.343	2.345
Provisão para outros pagamentos	104.338	2.871
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	362.751	21.763
Provisão para contingências trabalhistas, fiscais e cíveis	71.303	2.606
Prejuízos fiscais a compensar	29.786	5.227
Ajuste a valor de mercado de títulos disponíveis para venda e instrumentos financeiros derivativos	9.758	6.750
Insuficiência de depreciação	6.868	9.850
Total	659.147	51.412

d) Realização de crédito tributário de contribuição social

	2017	2018
Provisão para bônus e gratificação periódica	31.601	28.315
Provisão para outros pagamentos	41.096	32.490
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	30.263	20.387
Provisão para contingências trabalhistas, fiscais e cíveis	36.173	23.862
Base negativa de contribuição social	2.832	3.935
Ajuste a valor de mercado de títulos disponíveis para venda e instrumentos financeiros derivativos	176	-
Benefícios a empregados CPC 33	363	382
Total	142.504	109.371

	2017	2018
Provisão para bônus e gratificação periódica	6.661	2.706
Provisão para outros pagamentos	80.397	1.374
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	290.200	17.158
Provisão para contingências trabalhistas, fiscais e cíveis	56.991	2.034
Base negativa de contribuição social	23.600	13.143
Ajuste a valor de mercado de títulos disponíveis para venda e instrumentos financeiros derivativos	7.805	4.324
Total	528.654	40.739

O valor presente dos créditos tributários é de R\$ 900.903 (2017 - R\$ 1.432.764) descontados à taxa média de captação do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil. De acordo com as práticas contábeis e as regulamentações do Conselho Monetário Nacional - CMN, descrita na nota 3h, a administração da Entidade constituiu a totalidade dos créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e diferenças temporárias em 30 de junho de 2018. O procedimento adotado respeitou a projeção de lucratividade da entidade, bem como a expectativa de realização dos citados créditos tributários.

A lei tributária determina que o ajuste a valor de mercado dos derivativos sejam tributados somente na liquidação e por isso é constituído crédito tributário diferido. Nesta rubrica está informado o saldo total entre ativo e passivo diferido de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e sobre o ajuste a valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos.

12 | Outros créditos - Diversos

	2018	2017
Devedores por depósitos em garantia	123.760	1.020.666
Impostos e contribuições a compensar/recuperar	94.124	53.510
Adiantamentos e antecipações	19.086	-
Títulos e créditos a receber com características de concessão de crédito (nota 8.a)	2.350.035	-
Valores a receber de cliente por conta de liquidação de fichas de compensação	55.535	394.641
Pagamentos a ressarcir	32.055	1.154
Diversos	690	134
Total	2.675.285	1.468.951

13 | Despesas antecipadas

	2018	2017
Bonificações de cartões de crédito	-	2.203
Tecnologia	2.359	12.548
Comissões	6.741	1.855
Propaganda e publicidade	146	219
Processos judiciais	434	1.004
Outras	434	1.004
Total	9.855	17.829

14 | Investimentos

a) Em 2017 era representado pelo seguinte investimento:

	2017
ACCS Seguros (1)	
Capital social	330
Patrimônio líquido	7.695
Resultado no período	38.884

	2018	2017
Quantidade de ações (milhões)	551	-
Participação no capital	100	-
Valor patrimonial do investimento	7.695	7.695
Resultado de equivalência patrimonial no período	38.884	38.884

(1) Em 03 de abril de 2017 foi alterada a razão social da Citibank Corretora de Seguros Ltda. para ACCS Administradora e Corretora de Seguros Ltda.

Em Ata de Reunião de Sócios (ARS) de 30 de junho de 2017, aprovou e pagou dividendos no valor líquido de R\$ 62.800. Deste valor, R\$ 30.565 foram pagos a título de lucros do exercício de 2016 e R\$ 32.234 foram pagos a título de lucros acumulados de 2017, com data base em 31 de maio de 2017.

Em 31 de outubro de 2017 foi realizada a venda da ACCS Administradora e Corretora de Seguros Ltda. para o Itaú Unibanco S.A., conforme nota 33.c.

b) Outros Investimentos

	2018	2017
Ações da Companhia Brasileira de Securitização - Cibrasec (1)	-	1.500
Quotas da Câmara Interbancária de Pagamentos - CIP	1.047	1.047
STI/Galgo - Sistemas de Informações Padronizadas do Mercado de Capitais	7.833	7.833
(Provisões para perdas) - STI/Galgo	(5.980)	(5.980)
Tecban - Tecnologia Bancária (1)	-	1.570
Outras	435	508
Total	3.335	6.478

(1) Em 26 de dezembro de 2017, o Conglomerado Citibank vendeu o Itaú Unibanco sua participação na Cibrasec pelo valor de R\$ 1.600 e parte do investimento na Tecban pelo valor de R\$ 15.625. Em 09 de março de 2018 a participação remanescente na Tecban foi vendida à Caixa Econômica Federal no montante de R\$ 6.269.

15 | Imobilizado de uso

	2018	2017
Móveis e equipamentos de uso	19.790	63.723
Imobilizações em curso	1.538	14.592
Imóveis de uso	66.197	66.196
Instalações	169.010	51.738
Sistemas de processamentos de dados	145.027	168.874
Sistemas de comunicação	102.712	114.759
Sistemas de segurança	16.624	29.

...Continuação

Para determinadas recompensas com base em ações que sejam liquidadas de tal forma, o Conglomerado reconhece como passivo a sua obrigação perante o Citigroup nos termos do SPAPA. De acordo com o *Stock Plans Affiliate Participation Agreement* - SPAPA, o Conglomerado efetuará um pagamento para o Citigroup com base no preço das ações ordinárias do Citigroup na data de aquisição de cada recompensa concedida na forma de ações. As mudanças no valor contábil de tal passivo durante o período são refletidas como ajuste no resultado. O saldo da provisão para pagamentos baseados em ações, em 30 de junho de 2018, totalizava R\$ 186.052 (2017 - R\$ 124.994), registrado na rubrica "Outras obrigações - Diversas".

25| Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social representa o investimento da matriz nas empresas que constituem o Conglomerado, acrescido dos lucros capitalizados e das reservas incorporadas ao capital. Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 29 de junho de 2017, foi deliberado o aumento do capital social em R\$ 27.000 na Corretora, provenientes da Reserva Estatutária - Reserva para Equalização de Dividendos apurados no exercício de dezembro de 2016. O Capital social da Corretora passou de R\$ 248.000 para R\$ 275.000, sem emissão de novas ações. O Banco Central do Brasil homologou o processo em 14 de setembro de 2017. Em AGE realizada em 1º de dezembro de 2017, foi deliberada a cisão do capital social em R\$ 14 na Corretora, bem como de 275.718 ações ordinárias correspondentes a totalidade das ações detidas pela Itaú Corretora no capital social da empresa. Em 31 de outubro de 2017 de acordo com a AGE foi deliberada a redução do capital social do Banco no montante de R\$ 260 em decorrência da cisão parcial para o Itaú Unibanco S.A. e para a Itaucard, aprovado pelo Bacem em 18 de janeiro de 2018. O Banco cancelou 2.831.052 ações ordinárias, passando ser representado por 28.307.688.315 ações ordinárias (2017 - 28.310.519.367), nominativas e sem valor nominal.

b) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/1976, até o limite de 20% do capital social. No semestre findo em 30 de junho de 2018, foi constituída reserva legal no montante de R\$ 43.691 (2017 - R\$ 24.080).

c) Reserva estatutária

Constituída sob a forma de (i) reserva para equalização de dividendos e tem por finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas, estando limitada a 90% do capital social do Conglomerado e (ii) reserva para reforço de capital de giro, visando garantir meios financeiros para a operação do Conglomerado, estando limitada a 10% do seu capital social. Nos semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017 não foram constituídas reservas estatutárias. Em 29 de junho de 2017, conforme AGE, o Banco aprovou distribuir ao acionista dividendos no valor de R\$ 250.000, deste valor, R\$ 226.510 a débito da conta de Reserva estatutária - Reserva para equalização de dividendos, apurados no exercício de 2016.

d) Reservas especiais de lucros

Constituída a fim de registrar dividendos adicionais propostos declarados após o período contábil, que excederem a parcela do dividendo mínimo obrigatório de que trata o art. 202 da Lei nº 6.404/1976, enquanto não aprovados pela assembleia ou reunião de sócios. Em 29 de junho de 2017, conforme AGE, o Banco aprovou distribuir ao acionista dividendos no valor de R\$ 250.000, deste valor, R\$ 23.490 a débito da conta de Reserva especial de lucro, apurados no exercício de 2016.

e) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado nos termos da legislação societária, sujeito à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas. Em 1º de fevereiro de 2018 foram deliberados e pagos dividendos no montante de R\$ 210.105. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi constituída provisão de dividendos de R\$ 76.065. Estes dividendos foram pagos em 1º de fevereiro de 2018. Conforme AGE de 29 de junho de 2017, o Conglomerado aprovou a distribuição de dividendos aos acionistas no valor de R\$ 250.000, deste valor, R\$ 226.510 em contra partida a reserva estatutária, e R\$ 23.490 a reserva especial de lucro, apurados no exercício de 2016. Em 27 de julho de 2017, conforme AGE, ocorreu o pagamento de juros sobre o capital próprio, líquido de impostos, no valor de R\$ 127.500, ao Citibank N.A. deliberado em dezembro de 2016.

f) Ajuste de avaliação patrimonial

Compreende os ganhos e perdas de títulos disponíveis para venda e abrange a diferença entre as estimativas (premissas) e o efetivamente ocorrido nos planos de previdência privada e assistência médica.

26| Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias

	2018	2017
Rendas de administração e estruturação de fundos de investimento (1)	16.873	92.700
Rendas de cobrança, comissão de colocação de títulos	19.611	26.455
Rendas de serviços de custódia	41.312	49.101
Rendas de corretagens de operações em bolsas	36.293	37.885
Rendas de serviços prestados (2)	181.515	1.127
Rendas de utilização de serviços (3) (4)	-	106.218
Receitas com operações de cartões de crédito	20.878	41.732
Receitas com administração de clientes estrangeiros	7.303	7.680
Rendas de assessoria econômico-financeira	4.902	6.665
Rendas de garantias prestadas	46.295	40.959
Receitas de serviços prestados a ligadas (3)	261.520	274.943
Outros serviços	77.093	9.574
Total	713.595	695.039
Receitas de tarifas bancárias - renda de anuidade de cartão de crédito (4)	-	62.605
Receitas de tarifas bancárias - pessoa jurídica	36.223	29.448
Receitas de tarifas bancárias - pessoa física	422	85.851
Total	36.645	177.904

(1) Trata-se de remuneração paga pelos administradores de fundos de investimentos externos, no qual o Banco e a Distribuidora prestam serviços referente à distribuição de cotas.
(2) Remuneração paga pelos estabelecimentos em contrapartida ao direito de integrar o sistema de pagamentos via cartão de crédito.
(3) As receitas de prestação de serviços à ligadas são decorrentes da celebração dos contratos de atribuição de receitas por país que gerou um impacto de R\$ 258.377 (2017 - R\$ 213.188).
(4) A redução substancial é decorrente da cisão para o Banco Itaú Unibanco S.A., conforme descrito na nota 1.
(5) Refere-se a prestação de serviço na transição das operações objeto da cisão.

27| Outras despesas administrativas

	2018	2017
Despesas de aluguel	(2.115)	(30.265)
Despesas de comunicação	(23.678)	(30.698)
Despesas de manutenção e conservação de bens	(12.963)	(19.488)
Despesas de promoções e relações públicas	(1.169)	(14.229)
Despesas de propaganda e publicidade	(2.938)	(20.695)
Despesas de serviços do sistema financeiro	(68.502)	(64.591)
Despesas de serviços de terceiros	(218.195)	(248.764)
Despesas de serviços técnicos especializados	(36.047)	(51.704)
Despesas de processamento de dados	(65.196)	(155.111)
Despesas de viagens	(8.131)	(9.130)
Despesas de amortização e depreciação	(29.431)	(56.167)
Despesas de água, energia e gás	(3.015)	(6.123)
Despesas de material	(546)	(3.066)
Despesas de transporte	(422)	(3.635)
Despesas de serviços de segurança e vigilância	(5.254)	(16.168)
Outras despesas administrativas	(10.394)	(21.786)
Total	(487.996)	(751.620)

28| Outras receitas(despesas) operacionais

	2018	2017
Receitas		
Receitas com operações de cartões de crédito (1)	10.145	89.887
Reversão de provisão para contingências (nota 23.b)	57.363	41.961
Receitas com operações de cessão de crédito	92.327	73.930
Variação cambial - ordem de pagamento ME (3)	72	606
Atualização monetária de depósitos judiciais	20.357	39.248
Recuperação de encargos e despesas	353	18.179
Reversão de provisões operacionais	8.433	45.086
Atualizações e recuperação de impostos	9.614	778
Reversão de provisão de reestruturação de pessoal	966	-
Outras receitas operacionais	22.454	16.895
Total	222.084	326.570

	2018	2017
Despesas		
Atualização monetária de contingências (nota 23.b)	(18.764)	(37.696)
Despesas com operações de cartões de crédito (2)	(34.130)	(151.559)
Despesas com provisões operacionais	(495)	(430)
Despesas com provisões para contingências (nota 23.b)	(50.872)	(116.643)
Despesas com administração de recursos	(4.303)	(9.799)
Despesa com administração e estruturação de fundos de investimentos	(14)	-
Despesas com provisão de reestruturação de pessoal	(6.933)	(12.885)
Variação cambial - ordem de pagamento ME (3)	(18.666)	-
MTM negativo de ações dadas por empréstimos	(63)	-
Despesas de serviços prestados a ligadas (4)	(77.209)	(83.565)
Outras	(17.622)	(53.165)
Total	(229.071)	(465.742)

(1) Refere-se, substancialmente, às receitas de juros de mora e multa por inadimplência dos portadores de cartão de crédito.
(2) Refere-se, substancialmente, às comissões pagas às bandeiras e aos parceiros oriundos de transações realizadas pelos portadores de cartão de crédito.
(3) Os saldos credores apresentados por contas de resultado de natureza devedora, decorrentes da contabilização da variação cambial incidente sobre ordem de pagamento em moedas estrangeiras, foram reclassificados para esta rubrica.
(4) Refere-se a serviços à ligadas decorrente da celebração dos contratos de atribuição de despesas por país.

29| Demonstrativo da base de cálculo do imposto de renda e contribuição social

	2018					
	Citibank N.A.	Citibank S.A.	Leasing (1)	Distribuidora	Corretora	Conglomerado
Outras obrigações - fiscais e previdenciárias	29.694	339.595	-	44.965	14.577	428.831
Provisão para imposto de renda e contribuição social corrente	28.370	205.525	-	23.085	11.076	268.056
Provisão para impostos e contribuições sobre o lucro diferido	-	52.773	-	555	506	53.834
Impostos e contribuições a recolher	1.324	81.297	-	21.325	2.995	106.941
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(68.230)	(365.487)	(1.754)	(33.097)	(9.263)	(477.831)
Despesa de imposto de renda e contribuição social (Ativo)/passivo fiscal diferido	(47.191)	(303.008)	(1.775)	(30.499)	(14.637)	(397.110)
	(21.039)	(62.479)	(2.251)	(2.598)	5.374	(80.721)
Total						2017
	Citibank N.A.	Citibank S.A.	Leasing	Distribuidora	Corretora	Conglomerado
Outras obrigações - fiscais e previdenciárias	38.978	185.809	854	63.766	9.569	298.976
Provisão para imposto de renda e contribuição social corrente	36.989	-	666	47.304	5.242	90.201
Provisão para impostos e contribuições sobre o lucro diferido	586	77.471	-	41	1.167	79.265
Impostos e contribuições a recolher	1.403	108.338	188	16.421	3.160	129.510
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(92.693)	(145.660)	(6.038)	(60.356)	(14.416)	(319.163)
Despesa de imposto de renda e contribuição social (Ativo)/passivo fiscal diferido	(59.817)	(145.003)	(1.790)	(59.412)	(10.289)	(276.311)
	(32.876)	(657)	(4.248)	(944)	(4.127)	(42.852)
(1) Em maio de 2018 ocorreu a incorporação da Leasing no Banco com versão total do patrimônio líquido sem aumento de capital.						

30| Transações com partes relacionadas

a) Transações com partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução nº 3.750 de 30 de junho de 2009, do Conselho Monetário Nacional - CMN, observado o Pronunciamento Técnico CPC 05 - Divulgação de Partes Relacionadas, aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

	2018		
	Controladoras (1)	No país (3)	No exterior (4)
Ativo			
Disponibilidades	-	-	481.236
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	-	-	796.340
Outros créditos	11.654	3.182	6.864.761
Passivo			
Depósitos	(56)	(21.210)	(720)
Obrigações por operações compromissadas	(111.029)	(371.344)	(2.430.145)
Obrigações por empréstimos e repasses	-	-	(13.411.968)
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	(843.775)
Outras obrigações	(18.350)	(12.518)	(7.465.168)
Receita/(despesa)			
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	55.923	-	(173.061)
Resultado de operações de câmbio	3.226	586	(48.882)
Receitas de serviços prestados	16.250	1.203	398.595
Outras receitas operacionais	372	706	13.745
Despesas de operações de captação no mercado	(2.811)	(14.552)	(49.812)
Despesas de obrigações por empréstimos e repasses	-	-	(116.313)
Outras despesas administrativas	(1.485)	(92.880)	(149.518)
Outras despesas operacionais	(10.149)	(13.025)	(91.708)
Resultado não operacional	-	1.312	-

	2017			
	Controladoras (1)	Controladas (2)	Outras partes relacionadas No país (3)	No exterior (4)
Ativo				
Disponibilidades	295	-	-	43
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	-	-	13.419
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	411.430
Outros créditos	17.424	12	2.710	7.792.017
Investimentos	-	7.695	-	-
Passivo				
Depósitos	(8.398)	(14.821)	(25.902)	(5.713)
Obrigações por operações compromissadas	(33.009)	(15.700)	(535.649)	(2.631.893)
Relações interdependências	-	-	-	(22)
Obrigações por empréstimos e repasses	-	-	-	(11.054.539)
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	(355.897)
Outras obrigações	(12.666)	-	-	(7.854.050)
Receita/(despesa)				
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	1.191	-	-	13.025
Resultado de operações de câmbio	(5.901)	-	37	99.218
Receitas de serviços prestados	6.682	-	4.343	698.359
Resultado em participações em coligadas e controladas	-	38.884	-	-
Outras receitas operacionais	-	-	-	22.195
Despesas de operações de captação no mercado	(3.245)	(3.724)	(28.734)	(109.040)
Despesas de operações de empréstimos e repasses	-	-	-	(74.450)
Despesas administrativas	(1.048)	-	(124.294)	(135.047)
Outras despesas operacionais	(11.149)	-	(1.649)	(190.481)
Resultado não operacional	-	102	1.654	-

(1) Citigroup Asia Pacific Holding LLC, Citigroup Global Markets Ltd e Citibank N.A.
(2) ACC Administradora e Corretora de Seguros Ltda.
(3) Citi Brazil Participações, CGM Assessoria Ltda, Citibank Cartões Holding, Fundo de Investimento Referenciado DI Londres e Citi Participações e Investimentos Ltda.
(4) Citibank, N.A. Bahrain; Citibank, N.A. Jersey; Citibank Europe PLC Denmark; Citibank Europe PLC Finland; Citibank Europe PLC France; Citibank Europe PLC Netherlands; Citibank Europe PLC Portugal; Citibank Europe PLC Sweden; Citibank, N.A. Italy; Citibank Anonim Sirketi; Citibank, N.A. Switzerland; Citibank Canada; Citibank, N.A. Puerto Rico; Citibank, N.A. United Kingdom; Citibank (China) Co., Ltd.; Citibank, N.A. India; Citibank, N.A. - Japan; Banco Nacional de Mexico, S.A.; Citibank, N.A. Switzerland; Citibank Korea Inc.; Citibank Taiwan Ltd.; Latin American Investment Bank Bahamas Limited; Citigroup Global Markets Deutschland AG; Citibank, N.A.; Citigroup Inc.; Banco de Honduras S.A.; Citibank, N.A. Jamaica; Citibank Colombia S.A.; Citibank del Peru S.A.; Citicorp North America, Inc.; Citibank Zambia Limited; Citigroup Chile S.A.; Citibank, N.A. Ecuador; Citibank, N.A. Kenya; Cititrust (Switzerland) Limited; Citibank Europe PLC UK; Citibank, N.A. Paraguay; Citibank, N.A. Uruguay; Citibank Europe PLC Austria; Citibank Europe PLC Belgium; Citibank Europe PLC Greece; Citibank Europe PLC Luxembourg; Citibank Europe PLC Norway; Citibank, N.A. United Arab Emirates; Citibank Europe PLC Spain; Citibank, N.A. El Salvador; Citibank, N.A. Haiti; Citi Canada Technology Services LLC; Citicorp Banking Corporation Jersey; Citibank (Switzerland) AG; AO Citibank; Citicorp Credit Services, Inc. (USA); Citibank, N.A. Dominican Republic; Citibank, N.A. Panama; Citibank, N.A. New Zealand; Citibank, N.A. Indonesia; Citigroup Pty Limited; Citibank, N.A. Hong Kong; Citibank (Trinidad & Tobago) Limited; Citibank Aruba N.V.; CPB Alternative Investments, LLC; CPB Alternative Investments, Ltd.; Citi Private Advisory, LLC; Citibank, N.A. Philippines; Citibank, N.A. Vietnam; Citibank, N.A. Thailand; Citishare Corporation; Banco CMB (Costa Rica) S.A.; CitiMortgage, Inc.; Citigroup Global Markets Operations and Technology LLC; Citibank, N.A. Singapore; Citicorp Investment Bank (Singapore) Limited; Citigroup Technology, Inc.; Citigroup Global Markets Japan Inc.; Cititrust Private Trust (Cayman) Limited; Cititrust (Cayman) Limited; Cititrust (Bahamas) Limited; Citi International Financial Services, LLC; Citibank Cote d'Ivoire S.A.; Citibank Europe PLC Poland; Administradora de Valores de Guatemala, S.A.; Citibank, N.A. Qatar; Citibank Cameroon; Citibank Europe PLC Czech Republic; Citibank Europe PLC; Citi Business Services Costa Rica, SRL; Citibank, N.A. Bahamas; Citicorp Merchant Bank Limited; Citibank Europe PLC Slovak Republic; Citibank Europe PLC Romania; Citibank Europe PLC Hungary; Citibank, N.A. Guatemala; Citicorp USA, Inc.; Latin American Investment Bank Bahamas Limited; Citicorp International Limited; Citivalores S.A. Comisionista de Bolsa; Citibank Berhad; Citibank Tanzania Limited; Citibank, N.A. South Africa; Citibank, N.A. Australia; Citicorp Trust Delaware, National Association; Citibank, N.A. Israel; Citibank Gabon S.A.; Citicorp Trust South Dakota; Citigroup Global Markets Hong Kong Limited; Citigroup Financial Products Inc.; Citigroup Global Markets Australia Pty Limited; Citigroup Energy Inc.; Citigroup Global Markets Inc.; Citibank, N.A. Ireland; Citibank, N.A. Argentina; Citigroup Global Markets Asia Limited; Brazil Holdings Inc. Limited; Citibank (Switzerland) AG; Citigroup Services and Technology (China) Limited e Citicorp Banking Corporation.

b) Remuneração da administração

	2018	2017
Benefícios de curto prazo a administradores		
Proventos	24.836	23.080
Gratificações	4	394
Encargos sociais	6.498	10.060
Total	31.338	33.533

Benefício pós-emprego

Planos de previdência complementar	429	355
Total	429	355

Remuneração com base em ações (1)

(1) Refere-se à remuneração com pagamento baseado em ações da Matriz, sediada no exterior (Citigroup Inc.). Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos para os membros da Administração e seus respectivos familiares, bem como às pessoas físicas e jurídicas a elas ligadas.

31| Planos de benefícios pós-emprego a funcionários

Características básicas dos planos

i. Plano de aposentadoria

Benefícios do plano: Aposentadoria normal, Aposentadoria antecipada, invalidez, pensão por morte de ativo, pensão por morte de aposentado, benefício em caso de desligamento e portabilidade.

ii. Valor do benefício de aposentadoria normal

Elegibilidade: 60 anos de idade e 10 anos de serviço creditado. Benefício: (40% Salário - Benefício Previdenciário) x Tempo de Serviço na empresa/30.

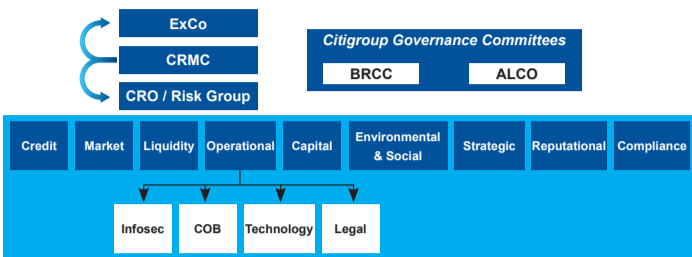
iii. Plano de contribuição definida

É o plano de benefício pós-emprego, de aposentadoria suplementar, pelo qual os funcionários participantes contribuem com valor entre 3% e 5% do salário e o Conglomerado contribui com 50% calculado sobre a participação de cada funcionário. O objetivo do plano é estimular uma poupança individual que proporcione um benefício de renda complementar ao plano de aposentadoria

...Continuação

34.1 Gerenciamento integrado de riscos

A diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, observa a Resolução 4.557 do Bacen, publicada em 23 de fevereiro de 2017, que aprimora, amplia e consolida, as regras para Gestão de Riscos e Gestão de Capital. Em linha com a Resolução, o Conglomerado Prudencial Citibank Brasil possui a seguinte estrutura de governança de riscos:



- Executive Committee (ExCo):** é o principal Comitê Interno do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, composto pelos chefes das principais áreas de negócios e infraestrutura, conforme descrito no *Citi Brazil Corporate Governance Procedures and Standards*. Ele coordena a interação entre linhas de negócios, produtos e áreas de infraestrutura, bem como discute questões relevantes e de risco.

- Country Risk Management Committee (CRMC):** o Conglomerado Prudencial Citibank Brasil adota e mantém, ainda, o CRMC como instância de apoio e governança para a gestão dos riscos corporativos relevantes, abrangendo risco de crédito, mercado, IRRBB, capital, liquidez, operacional, socioambiental, estratégico, reputacional além de riscos adicionais considerados relevantes pela instituição.

- Chief Risk Officer (CRO)/Risk Group:** o Conglomerado Prudencial Citibank Brasil prevê a atuação do CRO, sendo este responsável pela supervisão da conformidade, verificação, monitoramento e prevenção dos riscos controlados pela segunda linha de defesa; bem como a atuação do *Risk Group*, o qual tem como objetivo auxiliar o CRO no processo de avaliação e decisão de ações de mitigação de riscos e, principalmente, promover maior transparência às partes interessadas ao informar os riscos aos quais as áreas estão expostas, as políticas, normas e medidas adotadas para sua mitigação, bem como sua eficácia e eficiência, em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Banco, o Conglomerado Prudencial Citibank Brasil conta, por fim, com o Grupo de Risco.

34.1. Gerenciamento de risco de capital

A diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil e da unidade única responsável pelo gerenciamento do capital das demais empresas do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, cumprindo suas responsabilidades de acordo com a Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, do Conselho Monetário Nacional - CMN, estabeleça a Política de Gerenciamento de Capital, cujas responsabilidades e procedimentos são baseados nas diretrizes de gerenciamento de capital instituídas pelo Citigroup globalmente.

Comitê de Auditoria

Em Comitê de auditoria
 Em atendimento à Resolução nº 3.198/04 do Conselho Monetário Nacional - CMN, o Comitê de Auditoria do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil foi instituído em 30 de abril de 2004 por meio da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária do Banco Citibank S.A. (empresa líder) sendo composto, atualmente, por três membros da atual Diretoria do Banco.
 De acordo com seu regulamento interno, destacam-se as seguintes atribuições exercidas pelo Comitê:
 (i) avaliação e adequação das Demonstrações Financeiras, das empresas integrantes do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil, incluindo notas explicativas e parecer da auditoria independente;
 (ii) avaliação da efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e externa e o acompanhamento das recomendações de melhorias nos controles internos efetuadas pelas mesmas; e
 (iii) avaliação da efetividade dos controles internos, recomendando, sempre que julgado necessário, correções e aprimoramentos de políticas e práticas internas identificadas no âmbito de suas atribuições.
 O Comitê reuniu-se formalmente por 7 vezes no período de 1º de janeiro de 2018 à 22 de agosto de 2018, onde desenvolveu as seguintes atividades:

A estrutura de gerenciamento de capital adotada pelo Conglomerado Prudencial Citibank Brasil baseia-se em três princípios, sendo eles: mensuração, monitoramento e planejamento de capital. O gerenciamento de capital visa maximizar o retorno financeiro aos acionistas, atender aos requerimentos regulatórios de capital, regulamentações vigentes e políticas internas aplicáveis. Ademais, durante o processo de gerenciamento de capital também são consideradas as metas internas de adequação de capital, índices e limites de acionamento de contingência.
 Para maiores informações sobre a estrutura de gerenciamento de risco de capital consulte o site www.citi.com.br (não auditado), através das opções: Institucional - Código de Conduta e Políticas - Relatório de Gerenciamento de Riscos.

34.2. Gerenciamento de risco operacional

Em atendimento à Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, do Conselho Monetário Nacional - CMN, a diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, instituiu em junho de 2007 a Política de Gerenciamento de Risco Operacional. O Conglomerado Prudencial Citibank Brasil mantém uma estrutura de Gestão de Risco Operacional com uma estrutura de Governança para sustentar suas atividades centrais de Gestão de Risco Operacional de antecipação, mitigação e recuperação. Para garantir a gestão efetiva de risco operacional por todo o Conglomerado, a Estrutura de Governança apresenta três linhas de defesa:
Primeira Linha de Defesa - Negócio: O negócio assume seus riscos, incluindo seu risco operacional e é responsável por sua gestão.
Segunda Linha de Defesa - Gestão de Risco Independente e Funções de Controle - Operational Risk Management, Compliance, Risk, Finanças, Recursos Humanos e Jurídico: Constituem a segunda linha de defesa com o objetivo de aumentar a eficácia dos controles e garantir a gestão adequada dos riscos operacionais em todos os produtos, linhas de negócios e regiões.
Terceira Linha de Defesa: A Auditoria Interna recomenda melhorias nos processos e práticas de forma contínua e oferece avaliação e análise independente.

O Superintendente de Riscos Operacionais é responsável por garantir o controle e a direção estratégica no processo de identificação de riscos operacionais significativos e controles mitigadores conforme o processo global de Auto-Avaliação de Risco e Controle, bem como no cumprimento de todos os requisitos regulamentares aplicáveis. É também responsável por assegurar a comunicação ao *Chief Risk Officer* e ao Comitê de Riscos, Controles Internos e *Compliance*, assim como, quando necessário, aos Auditores Independentes e órgãos reguladores, dos riscos operacionais significativos e emergentes, das medidas mitigadoras adotadas, e das possíveis deficiências de controle agregadas e significativas na organização como um todo.

Para maiores informações sobre a estrutura de gerenciamento de risco operacional consulte o site www.citi.com.br (não auditado), através das opções: Institucional - Código de Conduta e Políticas - Relatório de Gerenciamento de Riscos.

34.3. Gerenciamento de risco de mercado

Em atendimento à Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, do Conselho Monetário Nacional - CMN, a diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, esclarece que possui uma diretoria de risco de mercado, instruída por políticas internas e obedientes à regulação brasileira.
 As políticas internas definem as responsabilidades, os procedimentos, as metodologias, a estrutura e as estratégias, segundo as diretrizes instituídas para controle de Risco de Mercado Global do Citigroup. A estrutura e as estratégias para o gerenciamento de risco de mercado do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil são definidas através de políticas específicas abrangendo os seguintes tópicos: i) limites; ii) mensuração de riscos; iii) modelos; iv) avaliação de riscos nas carteiras de banking; v) apreçamento e marcação a mercado; e vi) novas transações, atividades e operações complexas.

Para maiores informações sobre a estrutura de gerenciamento de risco de mercado consulte o site www.citi.com.br (não auditado), através das opções: Institucional - Código de Conduta e Políticas - Relatório de Gerenciamento de Riscos.

Em atendimento à Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, do Conselho Monetário Nacional - CMN, a diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, esclarece que possui uma diretoria de risco de mercado, instruída por políticas internas e obedientes à regulação brasileira.
 As políticas internas definem as responsabilidades, os procedimentos, as metodologias, a estrutura e as estratégias, segundo as diretrizes instituídas para controle de Risco de Mercado Global do Citigroup. A estrutura e as estratégias para o gerenciamento de risco de mercado do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil são definidas através de políticas específicas abrangendo os seguintes tópicos: i) limites; ii) mensuração de riscos; iii) modelos; iv) avaliação de riscos nas carteiras de banking; v) apreçamento e marcação a mercado; e vi) novas transações, atividades e operações complexas.

Para maiores informações sobre a estrutura de gerenciamento de risco de mercado consulte o site www.citi.com.br (não auditado), através das opções: Institucional - Código de Conduta e Políticas - Relatório de Gerenciamento de Riscos.

34.4. Gerenciamento de risco de crédito

Em atendimento à Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, do Conselho Monetário Nacional - CMN, a diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil instituiu, em abril de 2010, a estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito.

A estrutura de gerenciamento de risco está em linha com os princípios da Resolução nº 3.721 e faz parte do *Independent Risk Management* do Citigroup. O Conglomerado Prudencial Citibank Brasil segue manuais, políticas e procedimentos que regem risco de crédito em suas diferentes unidades de negócio. Cada unidade possui política de crédito a nível global, sendo complementada por guias e manuais desenvolvidos de forma a identificar, mensurar, controlar e mitigar as exposições aos riscos de crédito em níveis considerados aceitáveis pela Administração.

Para maiores informações sobre a estrutura de gerenciamento de risco de crédito consulte o site www.citi.com.br (não auditado), através das opções: Institucional - Código de Conduta e Políticas - Relatório de Gerenciamento de Riscos.

34.5. Gerenciamento de risco de liquidez

Em cumprimento à Resolução, nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, do Conselho Monetário Nacional - CMN, a diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, esclarece que possui uma estrutura de gerenciamento de risco de liquidez, instruída por políticas internas e obedientes à regulação brasileira.

As políticas internas definem as responsabilidades, os procedimentos, as metodologias, a estrutura e as estratégias, segundo as diretrizes instituídas para controle de Risco de Liquidez Global do Citigroup. A política de risco de liquidez é única e, portanto, aplicável para todo o Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, incluindo todas as suas subsidiárias, e estabelece uma padronização para definir, mensurar, limitar e reportar o risco de liquidez, garantindo consistência de bases e metodologias entre áreas e países e transparência nos relatórios de risco.

O plano de liquidez do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil é elaborado anualmente e aborda todas as questões estratégicas de liquidez requeridas pela Política de Risco de Liquidez, estabelecendo métricas, relatórios e limites, incluindo a segregação por moeda, risco *intraday* e o plano de contingência para situações extremas. Como parte do plano de liquidez, as premissas e simulações de cenários de *stress* são revisadas e aprovadas pela alta administração no Comitê de Ativos e Passivos - ALCO.

Para maiores informações sobre a estrutura de gerenciamento de risco de liquidez consulte o site www.citi.com.br (não auditado), através das opções: Institucional - Código de Conduta e Políticas - Relatório de Gerenciamento de Riscos.

34.6. Gerenciamento de risco socioambiental

A diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, em linha com as Resoluções nº 4.327 de 25 de abril de 2014 e nº 4.557 de 23 de fevereiro de 2017 do Conselho Monetário Nacional - CMN, estabelece política interna, procedimentos e governança, sob supervisão CRO, para gerenciamento de risco socioambiental.

Para maiores informações sobre a estrutura de gerenciamento de risco socioambiental consulte o site www.citi.com.br (não auditado), através das opções: Institucional - Código de Conduta e Políticas - Responsabilidade Socioambiental.

34.7. Gerenciamento de riscos relevantes

O Conglomerado Prudencial Citibank Brasil possui um processo para identificação dos riscos relevantes, sendo que, a partir das diretrizes do grupo e riscos avaliados no planejamento estratégico o banco define o conjunto corporativo de riscos relevantes.

A Diretoria

Alexandre Macedo Barbosa
 CRC: 1SP191859/0-5

- Reuniu-se, com representantes da Administração, com profissionais responsáveis pela contabilidade, com auditores internos e externos para discussão dos resultados de seus trabalhos e de aspectos contábeis relevantes que possibilitassem a conclusão a respeito da adequação, integridade e conformidade das Demonstrações Financeiras às normas vigentes. Revisou com a Auditoria Interna a avaliação de riscos e o resultado das auditorias realizadas. Efetuiu o acompanhamento da implementação dos planos de ação propostos para endereçar os riscos identificados nos pontos de auditoria dentro dos prazos estabelecidos, bem como eventuais exceções. A Auditoria Interna do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil segue metodologia de trabalho estabelecida pela Matriz, sendo emitidos relatórios formais de auditoria para todos os trabalhos finalizados.
- Acompanhou os trabalhos desenvolvidos pela área de Risco Operacional, em conformidade com as Resoluções nº 2.554/98 e nº 3.380/06, do Conselho Monetário Nacional-CMN, com o objetivo de avaliar e garantir o monitoramento e a efetividade dos sistemas e procedimentos de controles internos.
- Em atendimento a Resolução nº 4.433/15, do Conselho Monetário Nacional - CMN, o Comitê de Auditoria analisou o relatório com dados quantitativos e qualitativos acerca das atividades

desenvolvidas pela Ouvidoria do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil, para o semestre findo em 30 de junho de 2018, como parte do processo de observância das normas e regulamentos aos direitos do Consumidor e à eficiência da Ouvidoria.

Em sessão realizada em 22 de agosto de 2018, reuniu-se com representantes da KPMG Auditores Independentes, onde tomou conhecimento (i) do parecer sobre as Demonstrações Financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2018, (ii) dos assuntos de destaque do semestre, e (iii) de outros assuntos relacionados aos trabalhos da auditoria externa.
 Adicionalmente, nesta data, examinou e aprovou o Relatório de atividades do Comitê de Auditoria e este resumo, relativos às atividades desenvolvidas no período.
 Concluiu, com base nas documentações apresentadas, serem satisfatórios os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e externa, eficazes os sistemas e procedimentos de controles internos e recomendou à Diretoria do Banco Citibank S.A., empresa líder do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil, a aprovação das Demonstrações Financeiras relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2018.

São Paulo, 22 de agosto de 2018.
Comitê de Auditoria

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e à Diretoria do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil
 São Paulo - SP



Opinião
 Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas combinadas do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil ("Conglomerado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado combinado em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações combinadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Conglomerado, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração do Conglomerado é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas combinadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas combinadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras consolidadas combinadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas combinadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas combinadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen. Essas demonstrações financeiras consolidadas combinadas contêm uma agregação das informações financeiras relativas as entidades Banco Citibank S.A., Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., Citibank N.A. - Filial Brasileira e Citigroup Global Markets Brasil CCTVM S.A. e foram elaboradas a partir dos livros e registros contábeis mantidos por essas entidades. A responsabilidade da administração inclui a determinação da aceitabilidade das bases de elaboração às circunstâncias e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas combinadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas combinadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Conglomerado continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas combinadas, a não ser que a administração pretenda liquidar o Conglomerado ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas combinadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas combinadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas combinadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas combinadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Conglomerado.
- Availamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Conglomerado. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar ao Conglomerado a não mais se manter em continuidade operacional.
- Availamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas combinadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas combinadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas combinadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria de grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.
- Comunicamos nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de agosto de 2018

KPMG Auditores Independentes
 CRC 2SP014428/0-6
Luciana Liberal Sâmia
 Contadora CRC 1SP198502/0-8



UM BANCO COM 103 ANOS DE BRASIL, PRONTO PARA CONSTRUIR OS PRÓXIMOS COM VOCÊ.